

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº  
(DO SR. PAULO RAMOS)

DE 2020

*Estabelece novos critérios sobre emissão de moeda, circulação, saques em espécie transferências eletrônicas, pagamentos e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** A emissão e circulação de moeda no País está limitada às cédulas de R\$ 2, R\$ 5, R\$ 10 e R\$20 e às moedas de 5, 10, 25, 50 centavos e de R\$ 1,00.

**Parágrafo Único.** Após 24 meses de entrada em vigor desta lei não haverá mais emissão e circulação da moeda prevista no “caput” deste artigo.

**Art. 2º** Toda e qualquer movimentação financeira deverá ser realizada através das instituições bancárias situadas no País.

**Parágrafo Único.** Em todos os pagamentos e transferências eletrônicas deverão constar obrigatoriamente o CPF ou o CNPJ do cedente e do favorecido.

**Art. 3º** As cédulas cujos valores deixarão de circular, seus portadores deverão no prazo de seis meses a contar da publicação desta Lei ser recolhidas aos Bancos.

§ 1º Quando do recolhimento das cédulas previstas no caput, as instituições bancárias converterão em crédito na conta do depositante.

§ 2º As instituições bancárias ao creditarem nas contas corrente, debitarão dos correntistas um pedágio no valor de 35% sobre o valor depositado e que será repassado ao Banco Central.

§ 3º Esse pedágio constante do parágrafo anterior não poderá ser abatido na Declaração de Imposto de Renda, seja de Pessoa Física ou de Pessoa Jurídica

**Art. 4º** Para efeitos de saques em espécie, esses ficarão limitados a R\$ 50,00 diários por pessoa física, ou jurídica.



**Art. 5º** É livre a utilização de cartões de crédito e débito, seja no País ou no estrangeiro, limitadas às condições financeiras do saldo bancário individual.

**Art. 6º** Fica proibida a circulação e o recebimento e troca de moeda estrangeira pelo comércio em geral e essas aquisições de moedas estrangeiras deverão ser exclusivamente efetuadas em instituições bancárias e assim mesmo comprovando o interessado o uso da moeda, através de documento como passagem internacional e estando esse saque limitado a 500 dólares por pessoa física.

**Art. 7º** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta dias) e entrará em vigor no prazo de 120 (cento e vinte dias) após a devida regulamentação.

### JUSTIFICAÇÃO

Muitos países pelo mundo já estão adotando formas de eliminar a circulação de seu dinheiro, criando formas muito mais modernas e eliminando o gasto absurdo da emissão de papel moeda. O dinheiro tem de ser virtual e umas poucas moedas ou cédulas para pequenas despesas diárias.

Essa forma se adotada evitaria o acúmulo de fortunas em espécie, dificuldades no comércio de drogas, contrabando de mercadorias, armas inclusive, e maior controle do Governo nas aplicações das dotações orçamentárias além de propiciar um aumento de arrecadação por incremento do IOF. I.R e outros além de obrigando a todo brasileiro manter conta bancária, facilitar o controle e que deve também acarretar aumento do Produto Interno Bruto.

Diante do exposto, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de agosto de 2020

**PAULO RAMOS**  
**DEPUTADO FEDERAL – PDT/RJ**

